

LINGUAGEM E CULTURA: CONSIDERAÇÕES SOBRE OS HOMENS PRETOS DA IRMANDADE DE “ARRAÝAL DE BOMFIM DE GOÝAZ”¹

LANGUAGE AND CULTURE: CONSIDERATIONS ABOUT BLACK MEN FROM THE BROTHERHOOD “ARRAÝAL DE BOMFIM DE GOÝAZ”

Luana DUARTE SILVA^{*}
Maria Helena DE PAULA^{**}

Resumo: O presente estudo intenta apresentar, através de alguns itens lexicais, uma breve discussão acerca da luta pela sobrevivência social e cultural dos negros escravos do “Arraýal de Bomfim de Goýaz” nos idos setecentos, a fim de pontuar a sua submissão à crença católica, como forma de resistência social, cultural e, ainda, religiosa no período escravocrata. Para esse estudo, valemo-nos da edição semidiplomática do livro de estatuto da comunidade de “Arraýal de Bomfim de Goýaz”, de um recorte do seu inventário lexical e das discussões bibliográficas da história da escravidão no Brasil colonial, notadamente na capitania de Goiás, além da revisão bibliográfica da teoria lexical para a análise dos dados em recorte no estudo em tela.

Palavras-chave: Capitania de Goiás; Irmandade de pretos; Inventário lexical.

Abstract: This study intends to present, through some lexical items, a brief discussion on the struggle for social and cultural survival of the black slaves from the “Arraýal de Bomfim de Goýaz”, in the seven hundreds, aiming to sign their submission to Catholic belief as a form of social, cultural and also religious resistance in slavery period. For this study, we used the semidiplomatic issue of the book from the community “Arraýal de Bomfim de Goýaz”, from a selection of its lexical inventory and bibliographical discussions of slave history in colonial Brazil, especially in Goiás Capitany, and the literature review of the lexical theory for the analysis of the data clipping on screen.

Keywords: Goiás Capitany; Black Brotherhood; lexical inventory.

¹O presente artigo origina-se do Projeto de pesquisa “Em busca da memória perdida: estudos sobre a escravidão em Goiás” em desenvolvimento e sob os auspícios da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG).

^{*} Mestranda em Estudos da Linguagem, na Universidade Federal de Goiás, *Campus* Catalão, com bolsa da FAPEG. Contato: duarte.luana01@gmail.com.

^{**} Doutora em Linguística e Língua Portuguesa, docente no Programa de Mestrado em Estudos da Linguagem, da Universidade Federal de Goiás, *Campus* Catalão. Contato: mhpcat@gmail.com.

Considerações iniciais

As Irmandades de pretos caracterizaram-se como associações criadas pelos negros escravos, juntamente com a Igreja Católica, com a finalidade de dar assistência social aos seus associados, especialmente no que concerne aos rituais de morte e enterro, já que os escravos, em sua maioria, não tinham condições financeiras nem religiosas de realizar essas celebrações, por conta das imposições provocadas pelo período escravocrata.

O livro de estatuto da comunidade de preto do “Arraçal de Bomfim de Goýaz” demonstra claramente a importância desse tipo de associação para os negros escravos, uma vez que esta não apenas teve a função social, mas demonstrou, também, uma significativa relevância na luta cultural e religiosa, como poderemos observar nas discussões que seguirão.

Este estudo tomará por base, inicialmente, um resgate da história do Brasil colônia, especialmente no que concerne aos estudos de Goiás nos anos setecentos, o que nos leva a recorrer a Russell-Wood (2005), em magistral obra sobre o período escravocrata no Brasil em todas as suas etapas, com uma discussão bem pontual sobre irmandades de pretos.

Para uma compreensão mais acentuada sobre esse tipo de associação em Goiás, é necessário recorrermos, ainda, a Loiola (2009), uma das poucas pesquisadoras que estudam sobre irmandades de pretos neste estado e que retrata o contexto sócio-histórico e cultural pelo qual os negros escravos passaram, com notável similaridade ao que acontecia em outras regiões do país.

Pautaremos-nos, ainda, em alguns estudos acerca de irmandades de pretos de Minas Gerais, uma vez que as irmandades mineiras foram muito estudadas além da proximidade geográfica com a irmandade objeto do presente estudo. Os trabalhos de Borges (2005), Scarano (1978), Salles (2007), entre outros, trazem uma perspectiva mais abrangente do funcionamento dessas organizações, demonstrando a luta constante dos negros, escravos ou libertos, no período escravocrata.

Para evidenciar como as escolhas lexicais no gênero livro de compromisso se relacionam direta e indubitavelmente com as relações culturais e históricas que circunscrevem a prática da escravidão negra

no Brasil, em especial em Goiás, é interessante buscarmos no nível linguístico, que expressa de forma inquestionável a relação língua e cultura, o componente léxico. Em concordância com Vilela (1994, p. 6), para quem “O léxico é o repositório do saber linguístico e é ainda a janela através da qual um povo vê o mundo”, tomaremos algumas construções lexicais para melhor discutir como as relações sócio-históricas na Capitania de Goyaz no século XVIII evidenciam matizes de uma configuração cultural das múltiplas identidades em embates pela sobrevivência.

Para cumprir a proposta de relacionar as perspectivas linguísticas e socioculturais no Livro de Compromisso dos Homens de preto da Cidade de Bonfim, a prática lexicológica há de ser um importante expediente teórico-metodológico porque permitirá realizar o inventário dos itens lexicais que constituirão o vocabulário da irmandade de pretos do “Arraçal de Bomfim de Goḃaz”. Estudos de Biderman (2001a, 2001b) e Xavier (2012), entre outros, fundamentarão nossa proposta de discussão.

Todo esse caminho que percorreremos é imprescindível para a análise dos dados, haja vista que os itens lexicais inventariados nos permitem conhecer a cultura e a história deste povo em específico. Assim, compreender o vocabulário pretense é também compreender todo o contexto social e cultural da comunidade de fala em questão.

1 Breves apontamentos acerca do contexto histórico, social e cultural das Irmandades de pretos

A história do Brasil é marcada pelo período escravocrata, que perdurou por mais de três séculos e tinha como mão de obra escravos negros trazidos da África pelos europeus que consideravam essa prática bastante lucrativa, uma vez que já realizavam a escravidão em suas colônias. Cabe considerar, ainda, a grande massa de escravos negros ou mulatos nascidos em terras brasileiras. No Brasil, o intento era conseguir desbravar o território brasileiro, trabalhar na agricultura, na mineração, entre outros mais variados serviços. Russell-Wood ressalta que

a presença negra na América portuguesa resultou do intenso comércio de escravos entre os portos do Brasil e da África ocidental

e oriental durante cerca de trezentos anos. Importaram-se negros no Brasil durante o período dos donatários, mas só com a posse do primeiro governador-geral, em 1549, e com o subsequente desenvolvimento das fazendas açucareiras é que a importação de escravos se tornou essencial para a economia brasileira (RUSSELL-WOOD, 2005, p. 53).

É dessa forma que os africanos se tornaram objeto de busca dos europeus, sendo capturados em diversas regiões da África para serem trazidos para o Brasil, em viagens que, por si só, representavam-lhes sofrimento, já que muitos morriam por doenças, da adaptação com o meio ambiente, entre diversos outros fatores.

Ao chegarem ao Brasil, esse sofrimento não cessava: os negros escravos eram vendidos e “usados” na lida dos serviços necessários para seus senhores, sendo impedidos, além, obviamente, da liberdade de ir e vir, de manifestar suas crenças, seus modos de vida etc. Contudo, para se adaptarem a essa “nova” vida, os escravos deveriam ser catequizados, aprender a língua portuguesa e a crença ao catolicismo.

Essa interação cultural, demandada historicamente pela sujeição e adaptação dos escravos às leis católicas e a seus rituais, caracteriza *grosso modo* o sincretismo das crenças africanas com o catolicismo europeu, de feições brasileiras. Frente às necessidades enfrentadas socialmente, como a não condição de enterrar seus mortos, os negros e mulatos² viram a necessidade de se submeterem às imposições do período escravocrata, passando a criar elos com a Igreja Católica, por questão de sobrevivência e melhorias de sua condição social. Como “sugestão” dos jesuítas, esta submissão lhes garantiria a assistência social, como já acontecia na Europa.

Na perspectiva de Mattos (2008, p. 165), as irmandades são de origem europeia e tiveram como objetivo inicial a catequese católica, mas foram se tornando “espaço para cultivar as suas culturas, pois nesses locais, eram-lhes facilitados os contatos com seus companheiros de cor e de condição social” (MATTOS, 2008, p. 165).

² Russell-Wood (2005) chama de negros aqueles que nasceram na África e vieram para o Brasil e de mulatos aqueles que são descendentes de africanos, mas que nasceram no Brasil.

Várias associações poderiam ser criadas, a depender do interesse dos associados e da Igreja. Borges (2005) pontua que no Brasil foram criadas inúmeras associações de leigos, de forma que “ao expandirem-se pelo Novo Mundo, os europeus levaram suas associações, cujos modelos serviram de inspiração a outras associações que se foram criando” (BORGES, 2005, p. 51), como as Ordens Terceiras, as Santas Casas de Misericórdias, as Irmandades, entre outras.

Desse modo, os negros e mulatos, escravos ou libertos, começaram a criar, juntamente com a Igreja Católica, esses tipos de associações para darem assistência social aos mais necessitados, que, em sua maioria, eram escravos ou libertos. As irmandades foram uma das formas de associação mais criada pelos negros e mulatos. Russell-Wood (2005) sugere que isso acontecia por serem irmandades leigas e “as únicas associações do Brasil colonial que assumiam a responsabilidade pelos indivíduos de ascendência africana que, por várias razões, passavam por maus dias [...]” (RUSSELL-WOOD, 2005, p. 103).

Este autor ressalta ainda a necessidade de essa associação ser praticante da fé cristã e ter como função a assistência social aos irmãos, ou seja, aos partícipes da irmandade. Por isso, Russell-Wood (2005, p. 193) defende que as irmandades tinham a intenção de dar

uma resposta associativa a uma necessidade coletiva e individual sentida pelos negros e mulatos da colônia. Esta necessidade pode ser discutida em três categorias: educação religiosa ou socorro espiritual, assistência médica e a busca de identidade.

Essas categorias eram os objetivos cruciais dos negros, tendo, inicialmente, a assistência social como uma das necessidades mais urgentes. Com o tempo de firmação dessas associações, foi-se observando no país e, como diz Salles (2007), em Minas Gerais também, “[...] uma estruturação orgânica daquela luta de grupos, impedindo a introdução de outros cultos e absorvendo, para a Igreja, os cultos africanos, os quais, em Minas, diluíram-se muito mais rapidamente do que, por exemplo, na Bahia [...]” (SALLES, 2007, p. 104-5).

Scarano (1978) destaca que a criação das irmandades no Brasil ocorreu porque a “Igreja, no seu esforço para integrar o africano recém-chegado numa sociedade católica e branca, atraiu-o para as irmandades mais capazes de interessá-lo” (SCARANO, 1978, p. 40).

Esta foi a função primeira das irmandades, uma das grandes responsáveis pelo sincretismo religioso, pois os negros, escravos e libertos passaram a cultuar os santos católicos com a inserção dos rituais africanos e devoção por seus orixás. Ainda de acordo com Salles, “A Igreja e o governo permitiam certa continuidade do rito africano, quando este não se conflitava com o código religioso. Em alguns casos houve uma adaptação de códigos” (SALLES, 2007, p. 143).

Como as crenças africanas absorveram elementos das crenças cristãs e como estas se impregnaram também daquelas, asseguradas pelas irmandades de pretos de santos diversos como Nossa Senhora do Rosário, São Benedito, Santa Maria Madalena, o que se nota em manifestações hodiernas, como as seculares Congadas de Catalão, cidade ao sudeste goiano, é a fé cristã católica envolta da devoção pelas crenças africanas. Nesse sentido, elementos culturais daquele grupo não apenas se matizam de expedientes deste, mas se constroem também com as referências do grupo que lhe pareceu colonizador e escravizador.

Cabe ressaltar, ainda, que as vantagens se davam também à Igreja e a sua permissão para a criação dessas associações representava uma via em mão dupla, pois

[...] assim como a Coroa via na irmandade um instrumento útil para atender aos grandes investimentos necessários à construção dos templos, transferindo tais despesas à população, deveria encarar com a mesma simpatia a assistência prestada pela irmandade aos seus filiados, desobrigando-se, assim, desse problema. As irmandades enviavam também à Coroa consideráveis quantias em dinheiro todas as vezes que elas necessitavam de qualquer autorização, concessão ou provisão (SALLES, 2007, p. 72-3).

Ora, as irmandades representavam, de certo modo, a inserção dos valores católicos de modo a serem aceitas plena e simpaticamente pela população, como também significavam importante e certa fonte de

renda à Coroa, que, em última instância, autorizava ou fazia concessões a essas associações.

Loiola (2009) faz um apanhado histórico acerca dos escravos e libertos da Capitania de Goiás, pontuando a relevância das irmandades de pretos para os negros, escravos e libertos, da região. Em Goiás, segundo essa autora (2009, p. 63), “[...] as irmandades de Goiás estiveram assentadas no critério da cor, com base no qual eram subdivididas em categorias relacionadas à posição social de seus confrades”.

O livro de estatuto de “Arraçal de Bomfim de Goýaz” apresenta na nota de abertura justamente a explicação para essa comunidade de homens pretos criarem uma irmandade de pretos. Primeiramente, eles seguem o modelo das Capitanias de Minas e afirmam que sabem da existência de outras associações dessa natureza, que têm como função a assistência social e religiosa, como se pode observar:

Como Em toda esta região da América tanto na Marinha, Como Nas Capitánias de Minas | setem Eregido Varias Irmandades dos homens pretos da | Virgem Santissima Senhora Nossa do Rozario eComo | NesteArraçal do Bomfim Seacha haver Nelle gran | de Numero de pretos, e pretas *que* Sequerem empregar | No Servisso da Mesma Siñhora para Mañor estabilidade | Selhes faz preciso haver Cumprimisso *para* por elle | SeEregerem, egovernarem as Suas detriminaçoins | em tudo ter ASua ObServancia a Irmandade della | por haver principio de Cappella Com A emvocassaõ da | Mesma Soberana Senhora donde Se hade Colocar A | Sua devotta Imagem (Livro de Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos do “Arraçal de Bomfim Comarca de Goýaz”, fl. 3r).

Esta nota de abertura evidencia como as irmandades de pretos tinham uma função relevante no que concerne ao aspecto de assistência social para os negros nos idos setecentos, demonstrando claramente a questão da importância de terem fé nas crenças católicas.

Cumpre esclarecer aqui que essas irmandades eram fiscalizadas frequentemente pela Igreja e pela Coroa, já que era necessário evitar qualquer forma de organização que ia contra os ideais dessas instituições. Ademais, esse tipo de associação gerava lucro, pois

arrecadava grandes quantias de dinheiro de seus associados e das esmolas recebidas através de doações.

Um exemplo de como a Coroa acompanhava de perto essas associações é o fato de que elas deveriam construir um estatuto em que se descrevia a sua organização, e enviar para a Coroa para a devida ou não aprovação. Segundo Russell-Wood,

[...] As irmandades tinham de submeter à aprovação do rei os rascunhos da proposta de estatuto. Depois de consultar o corpo de conselheiros do Tribunal da Mesa da Consciência e Ordens, a aprovação da Coroa era concedida sem reservas (na maioria dos casos) ou na condição de que as alterações recomendadas fossem adotadas (RUSSELL-WOOD, 2005, p. 201-2).

Dessa forma, a irmandade de pretos do “Arraial de Bomfim de Goñaz” criou o estatuto da associação, tomando por modelo as que funcionavam plenamente no país, especialmente, as de Minas Gerais, como ficou evidenciado na nota de abertura, talvez pela proximidade geográfica ou pela similaridade do contexto social pelo qual os negros, escravos ou libertos, passavam.

A comunidade de pretos do Arraial do Bonfim demonstrou ter, também, a preocupação com a assistência social dos seus associados, para dar-lhes garantias de melhores condições de vida. E cumprira, também, mesmo que praticando as crenças católicas, um papel de resgate das crenças africanas, uma vez que “a história das irmandades de pretos, nas quais os escravos tinham relativa autonomia, evidencia que no reduzido espaço social permitido muita coisa poderia ser feita” (LOIOLA, 2009, p. 65).

2 Considerações sobre a teoria lexical

Nas considerações iniciais deste texto, pontuamos a importância de elencar uma discussão acerca do contexto histórico e social das irmandades de pretos e ainda um pouco sobre a teoria acerca da Lexicologia, para realizarmos uma análise mais consistente para o que ora propomos. Dessa forma, neste momento, falaremos um pouco sobre a teoria lexical a fim de realizar a análise de alguns itens lexicais que dizem de todo esse contexto que comentamos anteriormente.

Iniciaremos essa discussão partindo da perspectiva de que o léxico evidencia a cultura e o contexto sócio-histórico de um povo. Tão logo, língua e cultura estão intimamente relacionadas, na medida em que a língua comporta e expressa a cultura de um povo, numa determinada época e momento social.

Biderman (1981, p. 133) ressalta que “o vocabulário é o domínio, por excelência, em que estão codificados os símbolos da cultura”. Logo, o vocabulário apresentado no livro de estatuto da comunidade de preto do “Arraçal de Bomfim de Goñaz” nos permite conhecer, por meio da língua, o modo de organização desse grupo de falantes, o contexto social e histórico pelo qual passaram os seus associados.

O contexto de uma sociedade escravocrata, amparada pela Igreja que buscava vantagens e uma massa de fiéis entre os associados, a alta demanda por assistência social da parte dos escravos e forros é o contexto que permitiu a criação desse tipo de associação, com uma estrutura de (re) organização social, na luta pela sobrevivência frente ao período de imposições e impedimentos que caracterizou a escravidão.

Esse contexto, na particularidade das irmandades, regidas por leis e estatutos supervisionados pela Igreja Católica, certamente é nomeado e significado com um léxico específico, uma vez que esse subsistema linguístico é onde se guardam os nomes e as significações das experiências de vida, das práticas culturais diversas de um grupo ou de um povo, em uma dada época.

Assim é que os itens léxicos vão dizer da cultura, da história e da religiosidade desse grupo linguístico das irmandades de pretos. Ferreira (2008, p. 294) ressalta, nesse sentido, que “[...] o modo como definimos cada coisa reflecte todo o nosso saber sobre ela. As nossas definições dependem do modo como conhecemos o objecto em foco. Dependem dos elementos culturais que temos ao nosso alcance [...]”.

Daí a necessidade de realizar um estudo histórico, sem o que não podemos identificar o vocabulário específico das irmandades de pretos do “Arraçal de Bomfim de Goñaz”. Seria difícil, por exemplo, compreender que a unidade lexical “compromisso” se refere ao livro de estatuto da associação. Esse entendimento só foi possível perante uma compreensão mais abrangente desse significado com a leitura de

textos históricos, bem como com a verificação em dicionários da época, como o de Raphael Bluteau (1728).

No encaicho dessa perspectiva, Abbade (2006, p. 213) destaca que “[...] estudar o léxico de uma língua é estudar também a história do povo que a fala”. Por isso, uma vez mais, fica evidenciado que o léxico e a cultura estão relacionados de modo muito próximo, a ponto de afirmarmos que não se estuda o léxico de uma língua sem percorrer o contexto histórico e social em que ela foi enunciada.

Cumpramos esclarecer, portanto, que quando nos referimos ao léxico o estamos considerando como o acervo de unidades lexicais que se encontra no plano abstrato, disponível ao falante no momento da fala, enquanto o vocabulário é o conjunto de lexias sendo realizadas no discurso³ pelo sujeito falante. Então, quando falarmos das palavras que estão em uso, as trataremos de lexias, itens lexicais ou unidades lexicais, como nos sugere Biderman (2001).

A língua é, dessa forma, tida “como uma urna da qual se fazem extrações de dados, ou seja, as realizações da fala” (BIDERMAN, 2001a, p. 3). Os dados, ou as lexias, são retirados desse acervo lexical pelo usuário para suas manifestações linguísticas no momento do discurso.

Nota-se que a perspectiva que adotamos é de que história e cultura estão incorporadas no patrimônio vocabular de uma comunidade linguística, porque “o léxico de uma língua natural pode ser identificado com o patrimônio vocabular de uma dada comunidade linguística ao longo de sua história” (BIDERMAN, 2001b, p. 14).

3 Breve inventário de unidades lexicais para os irmãos pretos do “Arraial de Bomfim de Goçaz”

A irmandade de pretos do “Arraial de Bomfim de Goçaz” foi construída, como mencionado, com a finalidade de melhorar a vida social dos negros, escravos e libertos, e seus descendentes. Este tipo de ajuda já era obtido junto à Igreja Católica, por meio de empréstimos para a realização dos cultos divinos e celebração das missas, como se pode observar no trecho do estatuto: “[...] hera taõ Somente huã | devossaõ Anual Nos Serviamos dos Ornamentos daIgre | ja por

³*Discurso*, aqui, representa a realização concreta das possibilidades do sistema; situa-se, pois, na perspectiva estruturalista.

emprestimo para SeSelebrarem Os cultos Di= | Vinos eSacrificio da Missa” (Livro de Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos do “Arraÿal de Bomfim Comarca de Goÿaz”, fl. 3v.).O excerto em questão se encontra no primeiro capítulo do estatuto e ressalta a importância de uma associação que amparasse as necessidades dos irmãos.

Dessa forma, os irmãos, ao se associarem às irmandades, deveriam pagar uma determinada quantia de entrada e uma anuidade para as necessidades que fossem apresentadas, como a celebração da missa de encomendação das almas. Este tipo de ajuda era denominado de *sufrágio*, como se pode notar no livro do estatuto: “[...] queremos que | daqui emdiante haja Livros para huã Outra Couza para Nelles | SeaSentar Os Irmaõs para poderem Lograr dos Sufragios” (Livro de Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos do “Arraÿal de Bomfim Comarca de Goÿaz”, fl. 4v).

O dicionário de Raphael Bluteau (1728, p. 777) traz o item lexical *sufrágio* como “Suffragio Ecclesiastico, ou suffragio da Igreja, he qualquer obra boa, para ajudar espiritualmente a alma do próximo, v.g. Jejuns, orações, esmolas, Missas”.

Podemos observar que a acepção de Bluteau é a mesma que podemos depreender do documento em questão, haja vista que a unidade lexical *sufrágio* se refere aos benefícios que as irmandades davam aos irmãos associados, fosse espiritual, como as celebrações de encomendação de alma, ou material, como empréstimos de dinheiro para a compra das cartas de alforria, por exemplo.

É importante ressaltar que atualmente *sufrágio* se refere ao “voto em eleição” (HOUAISS; VILLAR, 2001, p. 2634), sentido diferente do usado pela comunidade de falantes da irmandade de pretos do século XVIII. O trecho a seguir reforça essa perspectiva do *sufrágio* como benefícios dados aos associados:

Antes de haver Cumprimisso para que Aproporçaõ dadispeza do dito | emprego, Ou Cargo Selhe Leve em Conta Nos Anuais que estiver de | Vendo quando falecer para Senaõ deixar deSelhe mandar dizer | As quinze Missas daObrigaçaõ da Irmandade pella Alma do Cujo | Irmaõ falecido, e Naõ tendo Comque pagar Os ditos Anuais pois | Naõ he justo que tendo ComCorrido Com taõ bom Zelo para | esta devossaõ deixe degozar daquelles Sufragios (Livro de Compromisso

da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos do “Arraçal de Bomfim Comarca de Goçaz”, fl. 4v).

Na citação supra, há a ocorrência de outro item lexical que é próprio deste tipo de associação, *compromisso*, que concerne ao estatuto que rege a organização da irmandade, com os direitos e deveres para com a Coroa, a Igreja e os associados.

Os dicionários da época, tanto Bluteau (1728) quanto Moraes e Silva (1813), não trazem essa acepção para o verbete *compromisso*. Contudo, o Dicionário Houaiss, de Houaiss e Villar (2001, p. 779) traz a acepção “conjunto de regulamentos de uma confraria”, em conformidade ao que o contexto do livro em estudo apresenta.

Mais uma vez notamos que pela língua podemos conhecer a cultura de um determinado grupo social, bem como o contexto em que este está inserido, na medida em que só é possível a compreensão de alguns itens lexicais se fizerem conhecer também sua história e sua cultura. Nesse sentido, Ferreira (2008, p. 294) destaca que “[...] As palavras reflectem a sociedade que as criou, por isso elas constituem o ponto de encontro entre a língua e a cultura [...]”.

Outro item lexical recorrente com frequência neste documento da irmandade é *esmola*, com duas possíveis significações: a primeira diz respeito ao pagamento que os associados deveriam realizar no ato de entrada e anualmente, o que permitia ao irmão ter direito ao voto em Mesa; a segunda ocorrência significa a doação que qualquer pessoa quisesse fazer à associação, o que não lhe garantia direito ao voto.

No capítulo 9 do termo de Compromisso em estudo, encontramos *esmola* como o pagamento que os partícipes da associação têm como obrigação: “Da mesma Sorte Seraõ elleitos dous Iuizes, e | duas Iuizas de Nossa Senhora do Rozario Irmaõs desta Irmandade | os quais Seraõ Sempre dos Mais Antigos Zellozos eabundantes | debens, eaesmolla que devem dar, eObrigaçaõ que tem Sedirã No Ca- | pitollo” (Livro de Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos do “Arraçal de Bomfim Comarca de Goçaz”, fl. 5v).

Já no capítulo 14, *esmola* tem o sentido de doação: “Na eleiçaõ que SeOuver defazer | as quais daraõ aesmolla que lhe papperem Semque pella Irmandade lhes | seja pedido Couza alguma as quais pessoas Naõ teraõ Votto em- | Meza nem em tempo algum Seraõ

chamados” (Livro de Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos do “Arraial de Bomfim Comarca de Goýaz”, fl. 7r).

As obras de Bluteau (1728), Moraes e Silva (1813), do século XVIII, e Houaiss e Villar (2001) não trazem as acepções que encontramos no livro de estatuto dessa comunidade, o que demonstra a importância de elaborar obras lexicográficas específicas de alguma obra, autor etc., como o glossário, o vocabulário de uso, entre outros.

O que podemos depreender desse breve inventário é que apoiar-se em obras lexicográficas coetâneas ao texto em estudo é importante tanto quanto recorrer-se a obras atuais, para o confronto, confirmação ou refutação de hipóteses sobre um vocabulário. No entanto, o contexto de uso dos itens lexicais não deve ser desconsiderado; antes, há de ser sempre a fonte de que não se pode prescindir na construção de definições seguras para lexiás.

Considerações finais

O desiderato da presente discussão foi apresentar elementos da linguagem em uso, direcionada aos irmãos pretos da comunidade do “Arraial do Bomfim de Goyas”, em um livro de compromisso da Irmandade do Rosário. Sabe-se que os livros de compromisso apresentam uma linguagem peculiar, com vocabulário comum aos pertencentes a esse tipo de associação e à Igreja, sua tutora maior que os recomenda, os corrige, os defere e os fazem cumprir. No entanto, por apresentar vocabulário específico, não podemos afirmar que os itens lexicais como *compromisso*, *sufrágio*, *esmola* fossem comuns a todos os escravos ou livres da comunidade do arraial do Bomfim àquela época; provavelmente, todos os irmãos associados pelo menos os conheciam, mesmo que não os usassem ativamente e frequentemente.

É bastante provável que tais itens lexicais e outros tantos como *juízes*, *mesa* e *ornamento*, também específicos ao gênero livro de compromisso de irmandades de pretos, constituídas no período escravista no Brasil, tenham se incorporado ao acervo lexical e histórico-social das práticas da Igreja Católica, em virtude das convivências dessas duas instâncias culturais no Brasil Colônia.

Se, como nos ensina Sapir (1969), é no léxico que se visualiza com maior transparência a relação entre a língua e a cultura de uma comunidade, é no vasto e específico acervo vocabular do livro de compromisso de irmandades de pretos do Arraial do Bonfim (hoje Silvânia-GO) que podemos visualizar a gênese de um vocabulário bastante comum, nos dias atuais, em comunidades ou irmandades de negros em Goiás e entre párocos responsáveis por cidades onde se encontram significativa parcela de negros ou práticas de reforço de pertencas culturais específicas, como as Congadas.

Reiteramos, pois, que o esforço dos negros escravos ou livres para se adequarem à Igreja no intento de dela receberem as esmolas espirituais e a permissão para a prática de suas crenças se respaldou, em contraparte, nas necessidades da Igreja de assegurar o maior número possível de devotos e de deles angariar fundos para seu pleno funcionamento.

O legado desse contato em que ambas as partes se adequaram e se reconstruíram constantemente é a recorrência vocabular de signos que podem parecer específicos daquela época, naquelas relações culturais discutidas em seções anteriores. Não raro, porém, em várias cidades goianas, reconhecidas por serem redutos de negros ou de práticas culturais ancestrais africanas, utilizam-se unidades lexicais como *irmandades*, *mesas*, *juízes* ou *esmolas* com a desenvoltura enunciativa dantes. Ademais, o documento em estudo constitui-se em importante acervo para o estudo da história da língua portuguesa no Brasil e demonstra como a cultura se faz mostrar na linguagem de um povo.

Referências

ABBADE, Celina Márcia de Souza. O estudo do léxico. In: TEIXEIRA, Maria da Conceição R.; QUEIROZ, Rita de Cássia R. de.; SANTOS, Rosa Borges dos. (Org.). *Diferentes perspectivas dos estudos filológicos*. Salvador-BA: Quarteto, 2009. p. 213-225.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. *A estrutura mental do léxico*. In: ESTUDOS DE FILOLOGIA E LINGÜÍSTICA. Homenagem a Isaac Nicolau Salum. São Paulo: T.A. Queiroz/Edusp, 1981. p. 131-145.

_____. *Teoria Lingüística: teoria lexical e lingüística computacional*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001a.

_____. As ciências do léxico. In: OLIVEIRA, Ana Maria Pires Pinto de; ISQUERDO, Aparecida Negri (Org.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. 2. ed. v. 1. Campo Grande-MS: Ed. UFMS, 2001b. p. 13-22.

BORGES, Célia Maia. *Escravos e libertos nas Irmandades do Rosário: devoção e solidariedade em Minas Gerais - Século XVIII e XIX*. Juiz de Fora-MG: Ed. da UFJF, 2005.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário Portuguez & Latino: aulico, anatomico, architectonico*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728. 8. v.

FERREIRA, Manuela Barros. Língua e património: a palavra como lugar de onde se vê o mundo. In: ISQUERDO, Aparecida Negri (Org.). *Estudos geolinguísticos e dialetais sobre o português: Brasil- Portugal*. Campo Grande-MS: EDUFMS, 2008. p. 289-311.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Positiva, 2001.

Livro de Compromisso “COMPROMISO | DA IRMANDADE DENO | SSA SENHORA DOROSARIO | DOS HOMENS PRETOS | DOARRAYAL DE | BOMFIM COMARCA DE | GOYAZ FEITO NO | ANNO | DE 1751”. Disponível na Paróquia de Nossa Senhora do Rosário, Silvânia-GO.

LOIOLA, Maria Lemke. *Trajetórias para a liberdade: escravos e libertos na capitania de Goiás*. Goiânia-GO: Cigraf/UFG, 2009.

MORAES SILVA, Antonio. *Diccionario da lingua portugueza*. 2. ed. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813.

MATTOS, Regiane Augusto de. A cultura afro-brasileira. In: _____ *História e cultura afro-brasileira*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 155-2005.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Escravos e Libertos no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SALLES, Fritz Teixeira de. *Associações Religiosas no Ciclo do Ouro*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

SAPIR, Edward. *Linguística como ciência*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1969 [1921].

SCARANO, Julita. *Devoção e Escravidão: A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no Século XVIII*. 2. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1978.

VILELA, Mário. *Estudos de Lexicologia do Português*. Coimbra: Livraria Almedina, 1994.

XAVIER, Vanessa Regina Duarte. *Conexões léxico-culturais sobre as minas goianas setecentistas no Livro para servir no registro do caminho novo de Parati*. 2012. 580 f. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

Recebido em 20/05/2012

Aceito em 30/06/2012